



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 61 / XV / 2.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2023, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

§ Único: Audiência com a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses (ASDP).

Estiveram presentes os seguintes membros da ASDP:

- Dr.ª Joana Gaspar, Presidente do Conselho Diretivo;
- Dr. João Almeida Dias, Secretário do Conselho Diretivo;
- Dr.ª Isabe Valente, ecretária da Mesa da Assembleia Geral.I

Estiveram presentes os Deputados:

- Sérgio Sousa Pinto, Presidente da Mesa;
- Paulo Pisco (PS);
- Nathalie Oliveira (PS);
- Tiago Moreira De Sá (PSD);
- Diogo Pacheco De Amorim (CH);
- Bruno Dias (PCP).

Iniciada a sessão, no formato de Mesa e Coordenadores, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou esta por dar as boas vindas à

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
61 / XV / 2.^a SL**

delegação da AADP, tendo de seguida explicado a metodologia a adotar para a reunião.

Concedida a palavra à Dra. Joana Gaspar e tendo em consideração a documentação de apoio previamente remetida à Comissão por parte da ASDP, foi sinalizada a degradação das condições de exercício funcional inerentes à função de representação diplomática, designadamente no que concerne a instalações e recursos humanos, tendo sido lembrado que destes fatores em muito depende a receção condigna de representantes e dignitários políticos, nacionais e estrangeiros. Relembrou, ainda, que os salários do pessoal da carreira diplomática não são revistos há cerca de 25 anos

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Pisco (PS) para salientar o prestígio grangeado pela diplomacia portuguesa e concordar com a necessidade de revisão do estatuto da carreira diplomática, designadamente no capítulo remuneratório. Contudo, relativizou alguns dos dados apresentados como exemplos por se tratarem de situações muito particulares que não podem ser generalizados a toda a carreira.

Tiago Moreira de Sá (PSD) que salientou a desatualização e uma certa indignidade que subjaz ao estatuto remuneratório em vigor para dos diplomatas portugueses, questão tão mais importante quanto se trata da mais importante função de soberania do Estado. Terminou manifestando a intenção de se empenhar pessoal nesta matéria em sede de discussão orçamental.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) para referir que salientou estarmos perante o resultado da sucessiva desorçamentação das funções de soberania que pode ser lida como uma verdadeira suvvalorização da carreira diplomática.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
61 / XV / 2.^a SL**

Bruno Dias (PCP) que começou por sublinhar a relevância da matéria em discussão. Referiu existir um evidente subvalorização geral das carreiras da Administração Pública, mormente em matéria remuneratória e de direitos sociais. E perguntou diretamente acerca do atual ponto de situação no processo de negociação com o Governo acerca da matéria em apreço, considerando a proximidade do debate orçamental.

Interveio igualmente o Presidente da Mesa para reforçar a ideia de a diplomacia ser a força que tem vindo a permitir, nos últimos anos, a obtenção por Portugal de resultados invulgares. Fruto da história, referiu, somos herdeiros de uma rede à escala global que constitui um ativo determinante para a política externa portuguesa e para a afirmação de Portugal no mundo, defendendo e promovendo os valores civilizacionais que lhe são caros e nos definem. Por conseguinte, concluiu, todos temos a obrigação de politicamente contribuir para o não comprometimento desta realidade.

Devolvida a palavra à Dr.^a Joana Gaspar, começou por agradecer os comentários elogiosos à carreira que integra. Informou que o MNE, que há um ano havia prometido rever o estatuto remuneratório da carreira, veio recentemente afirmar não se tratar de matéria prioritária. No entanto, referiu, existem outras carreiras na esfera do ME cujos procedimentos de revisão estão presentemente em curso. E concluiu chamando a atenção para o facto de as medidas preconizadas pela Associação importarem num acréscimo de três milhões de euros, não esquecendo que o orçamento do MNE é o segundo mais baixo de todas as pastas governativas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas quinze horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
61 / XV / 2.^a SL**

Encontra-se disponível [o registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2023.

O PRESIDENTE DA MESA

(Sérgio Sousa Pinto)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 10 de outubro de 2023